



Departamento de Sociologia

Um Olhar Político sobre a Precariedade dos Jovens Licenciados

Teresa Mestre Mesuras

Trabalho de projecto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia, Especialidade em Organizações, Trabalho e Emprego

Orientador:
Professor Doutor Paulo Pereira de Almeida, Professor Auxiliar,
ISCTE-IUL

Co-orientador:
Professor Doutor André Freire, Professor Auxiliar,
ISCTE-IUL

Outubro, 2009

RESUMO:

A sociedade portuguesa tem assistido nas últimas décadas a transformações no domínio económico que se vão reflectir numa mudança profunda no mundo do trabalho. As dificuldades de inserção de jovens licenciados no mercado de trabalho são disso um exemplo. Com a realização deste trabalho pretendemos compreender a resposta dos partidos políticos com assento parlamentar à precariedade dos jovens licenciados.

Palavras-Chave Precariedade, Globalização, Flexibilidade, Partidos Políticos

ABSTRACT:

At the last decades the portuguese society as presenced several changes at the economic field, wich will reflect in a deepest transformation at the market work. As an example of that we find the great diffilcuties that the young licenciade have in entering in that field with this work we pretend to understand the answers of politics deputies about the young licenciade`s precarious situation .

Key Words: Precariousity, Globalization, Flexibility, Political Parties)

AGRADECIMENTOS:

Um agradecimento muito especial ao Professor Doutor Paulo Pereira de Almeida e ao Professor Doutor André Freire pela orientação, disponibilidade e incentivo, sem a sua colaboração este trabalho não teria sido possível.

Aos meus pais e ao Rodrigo o meu muito obrigada pelo apoio nos momentos difíceis.

ÍNDICE

ÍNDICE.....	i
ÍNDICE DE QUADROS.....	ii
Introdução	1
1 – Os novos modos de organização laboral	3
1.1 - A flexibilidade laboral e suas consequências.....	5
1.2 – Formas de emprego flexível	6
1.3 – Precariedade laboral	8
2 – Os jovens licenciados e o trabalho precário	10
2.1 – As dificuldades de articulação entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho	12
2.2 – Desigualdades de género no acesso ao mercado de trabalho.....	13
3 – Os partidos políticos.....	13
3.1 – A organização política portuguesa	14
3.2 – As políticas públicas de emprego	16
4 – Metodologias de Pesquisa e Trabalho de Campo	17
5 – Análise de Resultados	18
6– Considerações Finais.....	26
Bibliografia.....	29
Anexos	33

Lista de Quadros

Quadro 1 – Propostas Eleitorais das legislativas 2005/2009 para melhorar a qualidade do emprego	19
Quadro2 – Propostas Eleitorais das legislativas 2005/2009 para combater a precariedade dos jovens licenciados	20
Quadro3 – Posição dos Partidos Políticos relativamente ao combate à precariedade por parte do Novo Código do Trabalho	21
Quadro 4 – Medidas apresentadas pelos Partidos para combater a precariedade dos jovens licenciados	22
Quadro 5 – Características Sociodemográficas dos entrevistados	23
Quadro 6 – Características Profissionais dos Jovens diplomados	23
Quadro 7 – Representações dos jovens diplomados sobre a precariedade laboral.	24

INTRODUÇÃO

As sociedades em geral encontram-se neste momento envolvidas numa grave crise global que coloca em aberto as fragilidades do mundo dito desenvolvido. Esta crise de contornos financeiros e com implicações graves nas economias vai colocar a nu graves dificuldades no mundo laboral, colocando em risco inúmeros postos de trabalho, bem como fragilizando outros cada vez mais precários. Esta precariedade laboral vai ser vivenciada por diversos actores sociais, de que os jovens licenciados são apenas um exemplo.

A sociedade portuguesa tem assistido, nos últimos 40 anos, à emergência de uma nova estrutura social, resultante da modernização que se tem feito sentir nos vários domínios da sociedade. Assistiu-se a uma terciarização do mundo laboral, à massificação do ensino básico e secundário e à disseminação do universitário e politécnico que conduziram a um aumento das qualificações da população.

Com a elaboração deste trabalho pretendemos compreender a resposta política à precariedade laboral a que estão sujeitos jovens licenciados, ou seja, como é que os Partidos Políticos com assento parlamentar (à excepção do Partido dos Verdes que está mais vocacionado para outras questões) vislumbram esta problemática e que caminhos apontam para a sua resolução ou minimização. Para que tal objectivo seja cumprido iremos ver programas eleitorais, bem como discursos parlamentares acerca do tema e as alterações do código do trabalho que remetem para as questões da precariedade. Pensamos ainda ser pertinente compreender o modo como os próprios jovens com trabalhos precários vivenciam esta experiência. Para tal iremos proceder à realização de entrevistas a indivíduos que estejam sujeitos ao trabalho precário, indivíduos esses que têm como formação académica licenciaturas nas áreas das Ciências Sociais, uma vez que é uma área com graves dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Os jovens, sujeitos a um mercado laboral em constante transformação, saem do sistema de ensino, portadores de habilitações académicas muito superiores à geração dos seus pais, no entanto encontram inúmeras contrariedades na sua inserção no mercado de trabalho, onde são sujeitos a trabalhos desqualificados, mal remunerados e com problemas a nível da segurança social. Tal situação vai ser responsável por conduzir a vidas constantemente adiadas.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: um primeiro capítulo que abordará os novos modos de organização laboral, o segundo capítulo os jovens licenciados e o trabalho

precário, o terceiro capítulo os partidos políticos, o quarto capítulo a apresentação das metodologias de pesquisa e de trabalho de campo, o capítulo quinto relativo à análise dos resultados e por fim um sexto capítulo com as considerações finais.

1- Os novos modos de organização laboral

Neste primeiro ponto abordaremos os novos modos de organização do mundo laboral. Vivemos hoje numa sociedade global em constante mudança, a configuração económica mundial tem sido palco de grandes alterações. Confrontamo-nos com uma mutação económica decisiva, a mundialização que faz emergir novas relações entre a economia, a política e a sociedade. Vivemos assim o esgotamento de um modelo e simultaneamente o confronto de uma viragem (Fitoussi, 1997). “ *O triunfo do individualismo traz consigo um formidável potencial de progresso, e ao mesmo tempo de sofrimento. O mercado mundial move o crescimento e destrói os empregos*” (Fitoussi, 1997:3).

A globalização, a expansão das tecnologias de informação são processos que em muito contribuíram para significativas mudanças ao nível do mercado de trabalho. (Kóvacs, 2002; Rebelo, 2004). Apesar de todas as mutações, vividas o trabalho continua a ser um aspecto básico do desenvolvimento do ser humano, segundo Rebelo é através do exercício de uma actividade remunerada que o individuo se integra na sociedade, no entanto as transformações produzidas no modo de organização do trabalho vão ser responsáveis por transformações sociais que vão provocar mudanças profundas na ordem social existente, a crise do emprego é apenas um exemplo (Rebelo, 2003).

A configuração económica mundial tem sofrido alterações, o trabalho e o emprego são um reflexo preciso dessa mudança. Segundo Rebelo estamos hoje perante um novo panorama económico, “*caracterizado por uma desregulamentação acentuada à escala mundial e pela formação de poderosos blocos económicos que, movidos por uma lógica financeira, procuram a rentabilidade mais elevada possível e influenciam globalmente a vida dos cidadãos nas sociedades avançadas*” (Rebelo, 2003:54). No decurso do século XX, o trabalho era olhado como detentor “*de um contrato com duração indeterminada, horário de trabalho completo e regulado por contracção colectiva, um determinado local de trabalho, a possibilidade de progressão numa carreira profissional e ainda uma concepção hierarquia e colectiva das relações de trabalho*” (Kóvacs,2004:32), mas esta configuração alterou-se e neste início de século, apresenta-se um panorama bem distinto do século anterior. Hoje assistimos, segundo Morin “*a uma nova cultura de emprego e do trabalho*” (Rebelo, 2002:2).

Segundo o XVII Governo Constitucional, os processos de transformações económicos experimentados pela economia portuguesa apresentam consequências negativas para os

indivíduos e, para que tal possa ser minimizado é imprescindível um esforço adicional de todos, nomeadamente uma melhor articulação entre Governo, oposição e parceiros sociais.

A globalização tem sido o grande motor de mudança da economia mundial e, conseqüentemente do mundo laboral. *“Os processos de modernidade e globalização têm gerado enormes convulsões no mercado de trabalho, com conseqüências muito significativas nas formas de transição dos jovens para a vida adulta”* (Guerreiro, 2004:21).

Segundo Guerreiro, as alterações, que se manifestaram no mundo laboral, como conseqüência da passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade do conhecimento, vão reflectir-se na inserção dos jovens diplomados no mercado de trabalho. A inserção destes na vida activa tende, pois, a passar de trajectos lineares (da escola para o trabalho) para «trajectórias yo-yo» alternando entre períodos de desemprego, emprego precário e formação (Guerreiro, 2004). Assistiu-se nas últimas três décadas a uma massificação do ensino superior. Segundo Rebelo esta democratização conduz a duas situações; por um lado os empregos que eram desempenhados por indivíduos com habilitações de ensino secundário são hoje preenchidos por licenciados, o que provoca uma reacção de descontentamento por parte destes que acreditam estar a desempenhar tarefas que não correspondem às suas qualificações, o que vai provocar um certo sentimento de frustração e desmotivação. Esta situação é o reflexo da entrada em massa de licenciados num mercado laboral que não estava nem está preparado para os absorver. *“ Este fenómeno, outrora de carácter provisório, deve-se a desníveis entre a evolução dos licenciados no mercado de trabalho e a criação de empregos para categorias de trabalhadores mais qualificados, sendo que uma das conseqüências da diferença entre o desenvolvimento dos estudos superiores e a evolução do mercado de trabalho é exclusão sentida pelos novos licenciados”* (Rebelo, 2003:73).

Segundo Alves (2000) deparamo-nos com um tempo de incerteza uma vez que as instituições, os valores e os princípios que nos propiciavam um sistema consolidado de referência e que nos asseguravam um sentimento de segurança estão a desaparecer ou em progressiva mutação.

1.1 - A flexibilidade e as suas consequências

Neste ponto abordaremos a problemática da flexibilidade e das suas consequências para os jovens licenciados. As metamorfoses inscritas nos sistemas produtivos em particular, e na sociedade em geral, no decorrer das últimas três décadas, conduziram a uma profunda mudança das organizações e das dinâmicas do mundo laboral. Estas transformações, resultado de diversos constrangimentos de ordem internacional e de natureza política, social e económica, fizeram emergir políticas de gestão que têm em comum o facto de oferecer uma crescente flexibilização dos modos de produção (Rebelo, 2004).

A flexibilidade laboral é segundo Rebelo uma das mudanças fundamentais no mercado de trabalho nas últimas 3 décadas do século XX. Esta tem sido apontada como uma solução para fazer frente à crise económica. (Duarte, 2003).

Segundo Sennett *“com a era da flexibilização o trabalho tornou-se ilegível e incompreensível”* (Sennett, 2001:19)

Segundo Almeida um dos aspectos fundamentais das transformações na organização laboral nas últimas décadas consiste no recurso às formas flexíveis de trabalho. A partir da década de 80 no intuito de encontrar alternativas para a gestão de recursos humanos, a ideia de flexibilidade começa a emergir no contexto empresarial, no entanto é na década de 90 que se torna quase universal (Almeida, 2005).

A flexibilidade provocou grandes convulsões no mercado de trabalho *“ por um lado, um incremento de exigências ao nível das competências individuais dos trabalhadores e, por outro lado, a flexibilização das organizações que se traduziu numa certa precariedade dos empregos”* (Rebelo, 2001:31), uma vez que pode também significar condições de trabalho com vínculos precários e facilidade de despedimento por parte da entidade laboral.

Se por um lado as formas de organização centradas na flexibilidade permitem o aumento da produtividade e competitividade e proporcionam a alguns trabalhadores mais qualificados boas condições de trabalho como salários aliciantes e uma maior autonomia na gestão do seu horário de trabalho, vão por outro aumentar o número de jovens com qualificações superiores que encontram inúmeros entraves à sua integração no mercado de trabalho, não conseguindo integrar-se na sua área de formação, sujeitando-se a trabalhos precários mal remunerados intercalados com períodos de desemprego (Kóvacs: 2003, Rebelo: 2004 e Guerreiro:2004).

A flexibilidade é segundo alguns autores como Kóvacs e Rebelo um aspecto primordial na organização do trabalho neste início de século. É através do recurso ao emprego

flexível que numa economia global as empresas procuram velozmente adaptar-se às mudanças do mercado, reduzindo os custos do trabalho através do recurso a emprego instável e mal remunerado. A expansão de empregos flexíveis originada a partir da reorganização do processo produtivo e da flexibilização do mercado de trabalho conduz à fragmentação e dispersão da realização do trabalho e à desagregação da sua organização (Kócvav: 2005).

Se a flexibilidade pode ter um papel fulcral no desenvolvimento económico das sociedades, pode também por outro provocar, uma «crise humana». “ *A flexibilidade do trabalho pode gerar, igualmente formas de mal-estar e de insegurança para os trabalhadores. Se o mundo flexível se apresenta como uma oportunidade de adaptação criativa, ele não deixa de encerrar em si mesmo contradições geradoras de novas formas de sofrimento, de injustiça e de insegurança no mundo do trabalho*” (Duarte, 2003:169).

Segundo Almeida, as empresas ajustam o trabalho e o emprego às oscilações da produção e da procura, para tal socorrem-se de diferentes tipos de flexibilidade. Este autor vai distinguir entre flexibilidade quantitativa e a qualitativa. No primeiro caso estamos perante uma situação em que a entidade empregadora recorre a horários flexíveis, por exemplo o part-time. A flexibilidade quantitativa surge quando a empresa através da subcontratação recruta novos trabalhadores apenas para a execução de determinada tarefa, não ficando estes com qualquer vínculo à empresa (Almeida, 2005).

Autores como Brunhes distinguem «flexibilidade quantitativa externa» de «flexibilidade quantitativa interna». A primeira, segundo Rebelo baseia-se na variação do número de trabalhadores em função das necessidades da entidade empregadora, por exemplo recorrendo ao despedimento. “*A flexibilidade quantitativa interna, faz variar o horário de trabalho sem alterar o número de trabalhadores, recurso a horas extraordinárias ou trabalho por turnos*”(Rebelo 2004:33).

Segundo Madureira Pinto a maioria dos países adopta práticas de flexibilidade laboral que se regem por um modelo baseado essencialmente em flexibilização externa o que vai conduzir a uma segmentação do mercado de trabalho, desemprego e emprego precário.

1.2 - Formas de emprego flexível

Neste ponto falaremos acerca das formas de emprego flexível que surgiram nas últimas décadas nas sociedades. As transformações sentidas as últimas décadas no mundo laboral, fazem emergir novas formas de trabalho e diversas políticas de desregulação e flexibilização

começam a questionar as formas tradicionais de emprego conduzindo a instabilidade no mercado de trabalho (Rebelo: 2003).

Para Richard Sennett a flexibilidade é “ *a fragmentação do tempo, é viver em risco e ambiguidade, é perder a noção de estabilidade, é a vida feita de sucessivos agoras e recomeços contínuos*” (Sennett, 2001:17).

As formas flexíveis de emprego levam muitas vezes ao trabalho precário, assim, passamos a ter empregos mal remunerados, instáveis e em constante risco de desemprego, sem perspectivas de progressão na carreira, sem acesso a protecção social e que vão provocar no indivíduo um constante sentimento de insegurança e desmotivação. A proliferação do emprego precário está associada à flexibilidade quantitativa e à redução de custos por parte da entidade empregadora, através do recurso a vínculos contratuais volúveis, substituindo assim os contratos de trabalho por contratos comerciais (Kóvacs, 2004).

Das diversas formas flexíveis de trabalho podemos destacar o emprego com contratação determinada, considerado como um exemplo de trabalho precário por ter um regime de vigência definido, o uso deste tipo de contrato estabelece uma fonte de flexibilidade quantitativa para a entidade empregadora que através do recurso a este regime de contratação tenta ajustar a quantidade de trabalho às suas necessidades, atenuando os custos. Outro exemplo de emprego precário é o trabalho temporário que apresenta afinidades com o emprego de contratação determinada, no entanto este necessita da existência de uma empresa de trabalho temporário. Uma característica relevante do trabalho temporário é a sua relação com o Direito Comercial: “compramos o trabalho temporário”. A noção de compra dita implicitamente a perspectiva de um emprego de curta duração neste modo específico de gestão de recursos humanos. O trabalho temporário afasta-se da noção de investimento, que confere estabilidade e potencia um processo contínuo de aprendizagem e de enriquecimento dos recursos humanos. O facto de ser «adquirido» faz do trabalho temporário algo que coloca o capital humano ao nível de um recurso transitório, estandardizado, disponível, um recurso que é administrado em função da variação das necessidades da entidade empregadora. No entanto apesar deste ser encarado como uma forma precária de trabalho não deixa de ser interessante apurar que em determinadas situações, as empresas celebram com as empresas de trabalho temporário uma relação de fidelidade, ou seja, estas conferem às empresas de trabalho temporário a selecção dos indivíduos. Este tipo de trabalho precário encontra-se em expansão, basta olharmos o número de empresas de trabalho temporário que tem surgido nos últimos tempos (Kóvacs:2004).

O trabalho independente é uma forma de trabalho que apresenta diversidade e complexidade, se por um lado se reporta a indivíduos que desempenham a sua actividade em nome individual também pode estar associado a contratações precárias. Este é o resultado “*O trabalho independente resulta de duas estratégias opostas: uma que decorre da desvalorização do trabalho, na medida em que serve essencialmente para expulsar do direito do trabalho os trabalhadores que têm pouca qualificação ou estão numa situação de vinculação contratual precária; outra que valoriza o trabalho, na medida em que o recurso ao trabalho independente implica a libertação das capacidades de inovação e de adaptação de trabalhadores autónomos com elevadas qualificações*” (Kovács, 2006:17). O trabalhador independente é muitas vezes mal remunerado, com fraca protecção sindical e trabalham muitas vezes em condições que os trabalhadores assalariados recusariam.

O trabalho a tempo parcial é uma forma de trabalho flexível que se generalizou nos países desenvolvidos nas últimas décadas. Esta modalidade de trabalho por vezes vista pelos trabalhadores como um meio de facilitar a conciliação entre vida profissional e familiar. Tem sido apoiado pelos governos uma vez que faz diminuir as taxas de desemprego (Kóvac, 2006).

1.3 - Precariedade laboral

Abordaremos agora a questão da precariedade laboral, segundo Rebelo a precariedade laboral é um fenómeno relativamente recente nas sociedades ocidentais, foi a partir do início da década de 70 com o choque petrolífero que esta problemática assumiu visibilidade, mais tarde na década de 90 o fenómeno reapareceu desta vez assumindo contornos distintos como novas categorias de emprego com novas regras de contratação (Rebelo, 2004).

A deputada do Bloco de Esquerda Ana Drago vislumbra a precariedade como um dos principais problemas da sociedade portuguesa, atingindo ¼ da força produtiva e em particular os mais jovens¹.

O trabalho precário é uma resposta que muitas empresas encontram para fazer face ao aumento de trabalho. A empresa contrata um indivíduo para executar uma determinada tarefa e quando esta é finalizada esse indivíduo cessa a sua função na empresa. É assim que,

¹ “ *A precariedade laboral é, hoje, uma tendência que se configura, se afirma e se alarga nas relações de trabalho, em Portugal*” (Drago, A., 2008:12).

num mundo cada vez mais global e competitivo, as empresas procuram resposta à sua produtividade. “ *As empresas socorrem-se das formas de trabalho consideradas precárias, de forma a se tornarem cada vez mais flexíveis para responderem às exigências do mercado. Isto, porque «as coisas são tão rápidas que se as empresas não souberem responder da melhor forma perdem perante a concorrência»*” (Rosa, 2000:161). Há quem não valorize esta problemática e até defenda esta forma de trabalho, afirmando que “ *se o indivíduo se empenhar no trabalho e tentar aumentar e actualizar as suas competências não vai ter que se confrontar com esse problema, pois «tem sempre empresas a querer agarrá-lo»*” (Rosa, 2000:159). Esta forma de trabalho caracterizado por instabilidade e insegurança, tem significados distintos para o empresário e para o trabalhador. Para a entidade empregadora, a instabilidade relaciona-se essencialmente com os mercados e a insegurança está relacionada com as dificuldades na aquisição de lucro, ou seja com a sobrevivência económica e financeira das empresas (Rosa, 2000).

Do ponto de vista do assalariado, a instabilidade vai traduzir-se pela passagem por diferentes empregos e insegurança quando estão perante situações laborais em que podem ser dispensados a qualquer momento, o que, desta forma, coloca em risco determinadas trajectórias pessoais e familiares, que são constantemente adiadas. “ *A precarização dos vínculos laborais surge como uma tendência estruturante das sociedades contemporâneas, obrigando os trabalhadores a lidarem constantemente com o risco e a insegurança*” (Guerreiro, 2004:75).

Segundo Bourdieu a precariedade está hoje disseminada pela sociedade. “ *Quando o desemprego, como hoje em numerosos países europeus, atinge taxas muito elevadas e a precariedade afecta uma parte muito importante da população, o trabalho torna-se uma coisa rara, desejável a qualquer preço, que põe os trabalhadores à mercê dos empregadores estes, como podemos verificar todos os dias, usam e abusam do poder que assim lhes é dado*” (Bourdieu, 1998:166).

Paugam distingue duas formas de precariedade. A precariedade do emprego e a precariedade do trabalho. O primeiro caso diz respeito a situações em que o trabalhador por estar sujeito a um contrato de trabalho com um vínculo instável vê o seu futuro profissional como incerto, tal situação vai transformar-se numa fonte de sofrimento para o indivíduo. No segundo caso refere-se à precariedade no trabalho para definir situações de trabalhadores que não encontram qualquer satisfação no trabalho que desempenham (Paugam, 2000). Um exemplo de precariedade do trabalho prende-se com os inúmeros licenciados, que depois de anos dedicados ao estudo, vão encontrar muitas barreiras aquando da sua inserção no

mercado de trabalho, acabando por aceitar qualquer tipo de trabalho na maioria das vezes precário, mal remunerado e sem ter qualquer relação com a sua área de formação, o que vai provocar angústia e sofrimento nos indivíduos que não conseguem por em prática todos aqueles conhecimentos adquiridos ao longo do seu percurso escolar e se encontram sujeitos muitas vezes a um trabalho rotineiro e desinteressante, o qual podia ser desempenhado com menos qualificações.

2 - Os jovens licenciados e o trabalho precário

Neste ponto abordaremos as consequências do trabalho precário para os jovens licenciados. Este fenómeno é hoje, neste tempo de instabilidade e insegurança, um problema que está a afectar as sociedades ocidentais e que está a ter repercussões muito vastas entre nós. Nesta época de incertezas, ter um canudo não representa garantia de acesso a um emprego estável e devidamente remunerado.

Num mercado de trabalho cada vez mais competitivo, os jovens apesar de serem portadores de habilitações académicas superiores em relação às gerações dos seus pais, vão encontrar entraves na sua inserção no mercado de trabalho, ficando sujeitos, à precariedade laboral, ficam reféns do mundo em mudança, privados de alentar-se com o sonho do seu imaginário futuro. *“O mercado de trabalho encontra-se em acesa convulsão, exigindo que os (novos) trabalhadores se adaptem muito rapidamente a novos contextos e novas exigências”* (Pegado, 2006:13).

Depois de anos dedicados ao estudo, estes entram no mercado de trabalho com «um canudo» e com grandes aspirações, no entanto apesar de serem detentores de maiores qualificações que as gerações anteriores, apenas encontram empregos «desadequados» à sua formação, com recibos verdes ou contratos precários. Tal situação vai ser responsável por conduzir a vidas constantemente adiadas. A precariedade laboral vai ter consequências na definição da vida dos indivíduos. Estes, que se encontram em empregos temporários, mal remunerados e sem qualquer vínculo estável, terão dificuldade em adoptar determinados compromissos, comprar casa, casar ou ter filhos (Guerreiro, 2004).

Uma sociedade para poder sobreviver tem que ser produtiva, logo para que tal possa ser possível certas condições, como bem-estar, segurança e possibilidade de prever perspectivas futuras, têm que ser asseguradas aos indivíduos. A precariedade laboral significa muitas

vezes a ausência dessas condições, logo como pode uma sociedade ser produtiva se está assente na precariedade?

Tirar um curso superior e entrar no mercado de trabalho, encontrando aí um emprego bem remunerado para a vida, é hoje uma realidade cada vez mais distante. Segundo dados do INE os contratos a prazo aumentaram em 2007.

Para onde caminha uma sociedade que “desaproveita” os seus recursos humanos?

Como pode um país avançar numa sociedade cada vez mais competitiva e exigente, se desaproveita constantemente os seus recursos humanos qualificados conduzindo-os ao mercado de trabalho desqualificado?

Segundo Guerreiro, o aumento da escolarização das populações bem como o agravamento das taxas de desemprego, nas últimas décadas, enquanto aspectos relevantes da modernidade, têm provocado debates acerca da desarticulação entre o sistema de ensino e o mercado laboral (Guerreiro, 2004).

A passagem do ensino superior para o mundo laboral é um fenómeno que tem sido acrescido de visibilidade social neste início de século, visto se ter assistido nos últimos anos a uma dificuldade de integração no mundo laboral por parte dos jovens licenciados (Alves, 1997). *“É, pois, tempo de reconhecer que a tão pretendida articulação entre sistemas de ensino e de emprego, questão chave para o desenvolvimento social e económico, implica não apenas uma adequação das ofertas de formação à realidade do mercado de trabalho, mas também um envolvimento e sensibilização, tanto do tecido empresarial como das instituições públicas, no sentido de uma valorização e qualificação dos seus recursos humano”* (Guerreiro, 2004:72).

A precariedade laboral dos jovens licenciados vai criar graves tensões, e colocar questões como a competitividade económica do país. Tal situação exige um reajustamento de políticas de emprego que corrijam fragilidades do trabalho e impulsionem empregos mais qualificados e sustentáveis.

Em períodos de crise, como o que vivemos actualmente, as empresas tendem a cortar em certos investimentos que encaram como não sendo de extrema necessidade, a contratação de recursos humanos qualificados é por vezes disso um exemplo, uma vez que exigem melhores remunerações que mão-de-obra menos qualificada.

No entanto nestes momentos as empresas necessitam de implementar novas estratégias que lhes permitam fazer face aos constrangimentos provocados pela crise. Estes períodos complexos podem também transformar-se em oportunidades uma vez que obrigam as

empresas a adoptar um olhar diferente sobre a realidade. A contratação de Recursos Humanos mais qualificados poderá ser uma estratégia.

O governo e os partidos políticos têm a responsabilidade de encontrarem meios adequados para fazer face a esta situação de contornos tão preocupantes, uma vez que o agravamento desta vai provocar problemas sociais bastante delicados.

2.1 – As dificuldades de articulação entre sistema de ensino e mercado de trabalho

Neste ponto iremos focar a problemática da desarticulação entre o mundo académico e o mercado de trabalho. Segundo Guerreiro o aumento da escolarização das populações bem como o agravamento das taxas de desemprego, nas últimas décadas, enquanto aspectos relevantes da modernidade, têm provocado debates acerca da desarticulação entre o sistema de ensino e o mercado laboral (Guerreiro:2004).

A passagem do ensino superior para o mundo laboral é um fenómeno que tem sido acrescido de visibilidade social neste início de século, visto se ter assistido nos últimos anos a uma dificuldade de integração no mundo laboral por parte dos jovens licenciados (Alves, G.:1997).*“É, pois, tempo de reconhecer que a tão pretendida articulação entre sistemas de ensino e de emprego, questão chave para o desenvolvimento social e económico, implica não apenas uma adequação das ofertas de formação à realidade do mercado de trabalho, mas também um envolvimento e sensibilização, tanto do tecido empresarial como das instituições públicas, no sentido de uma valorização e qualificação dos seus recursos humanos”* (Guerreiro, 2004:72).

O desemprego de licenciados parece um paradoxo num país que comparativamente, apresenta um défice de qualificações. Machado destaca os seguintes factores como responsáveis desta situação, um tecido empresarial com um baixo nível de qualificação e uma concepção do diploma como status e não *“como um instrumento, hoje em dia relativamente corrente e cada vez mais necessário, para um leque diversificado de padrões de vida pessoal, profissional”* (Machado, 2003:59).

2.2 – Desigualdades de género no acesso ao mercado de trabalho

Este ponto remete para as dificuldades das jovens licenciadas no acesso ao trabalho. Apesar de todas as transformações sociais que têm ocorrido ao longo dos tempos, continuamos a viver numa sociedade fortemente diferenciada, onde as desigualdades de género persistem. Esta está longe de ser igualitária nas oportunidades, que confere aos seus membros.

A desigualdade de género no mercado é um factor que está intimamente relacionado com a conciliação da vida profissional com a vida familiar. Uma vez que na maioria das sociedades as responsabilidades familiares continuam a estar concentradas na mulher assim fazem com que esta se torne “o elo mais fraco” na relação com o mercado de trabalho. Daí que as mulheres jovens enfrentem mais dificuldades na inserção no mercado de trabalho. “*Uma mulher candidata a um emprego, se encontrar na faixa etária dos 20 ou 30 anos, é encarada pelos empregadores como uma mãe potencial, o que, na concepção de muitos empregadores, significa uma trabalhadora de fraca produtividade*” (Ferreira, 1998:213).

3 - Os Partidos Políticos

Este ponto remete para o surgimento dos partidos políticos. Quando é que estes surgem? Tal resposta não encontra consenso entre os diferentes autores. Prat e Vilanova defendem que estes surgiram na segunda metade do século XVIII em países como a Grã-Bretanha, França e E.U.A., como resultado de revoluções que instauraram o liberalismo. Oppo defende que o surgimento dos Partidos Políticos tem a sua origem na segunda metade do século XIX em resultado da difusão da Instituição Parlamentar, do surgimento da Constituição bem como do acesso da burguesia ao poder. Até então, por exemplo na Grã Bretanha, os whigs (liberais) e tories (anglicanistas) que depois de 1680 se fortaleceram como forças políticas intuitivamente nos grupos parlamentares criados na Câmara dos Comuns, não dispunham no entanto de qualquer poder, nem organização fora do Parlamento. “*Tratava-se de simples etiquetas atrás das quais estavam os representantes de um grupo homogéneo, não dividido por conflitos de interesses ou por diferenças ideológicas substanciais, que aderiam a um ou outro grupo, sobretudo por tradições locais ou familiares*” (Lopes 2004:29).

Segundo Neuman este período do surgimento dos Partidos Políticos está associado à luta da classe média pelo poder que pretende libertar-se das amarras da sociedade feudal e obter protagonismo na luta contra o regime absolutista. Este período vai culminar segundo Neuman com a Revolução Francesa.

Os Partidos políticos surgem em Portugal com a instauração do Liberalismo no último quartel do século XIX, até então é complicado reconhecer a existência destes no nosso país. No entanto o período de 1822-1851 estes partidos não apresentavam condições de institucionalização o que provocou um ciclo de grande instabilidade social e política (Lopes, 2004).

Na Europa Continental a divisão entre esquerda e direita assume um papel fulcral na política de massas uma vez que é a partir desta dicotomia que se encontram a diferença de posições entre as diferentes ideologias (Freire, 2006).

“A divisão política esquerda-direita tem desde então enorme importância como forma de categorizar as ideologias; enquanto instrumento de classificação das posições políticas dos diferentes partidos” (Freire, 2006:31).

3.1– A organização política portuguesa

Faremos agora abordagem à organização política portuguesa. *“O processo de liberalização económico, as políticas sociais e, ainda, a opção pela integração comunitária incluem-se nos vectores programáticos mais importantes de mudança política depois do 25 de Abril”* (Viegas,1998: 121).

Na sociedade portuguesa, os partidos políticos com representação parlamentar na legislatura 2005-2009 são os seguintes: BE, CDS-PP, PCP, PSD, PS e PEV.

O Bloco de Esquerda (BE), fundado em 1998 depois da fusão de diversos partidos como o Partido Socialista Revolucionário (PSR) e a União Democrática Popular (UDP). O BE conta actualmente com oito deputados na Assembleia da República. Advoga uma democracia onde os indivíduos sejam participativos e portadores de direitos sociais. Defende políticas sociais de desenvolvimento, o pleno emprego e a reivindicação de um Estado Social (Belchior, 2008).

O Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP) fundado em 1974 é o partido mais à direita do Parlamento. O CDS-PP conta actualmente com doze deputados na

Assembleia da República. O CDS-PP advoga a necessidade de construir uma sociedade assente em valores democráticos e humanistas. Este defende a democracia, o liberalismo político, a tolerância ideológica e o Estado de Direito, rejeita o totalitarismo ou ditadura bem como qualquer discriminação pelos direitos dos indivíduos.

O Partido Comunista Português (PCP), é o partido mais antigo, fundado em 1921, tal como o CDS-PP conta com doze deputados na Assembleia da República. Defende a democratização da sociedade através da aproximação ao socialismo, está representado na Assembleia da República na coligação com o Partido os Verdes apresentando-se sob a sigla CDU.

O Partido Social Democrata (PSD) foi fundado por Francisco Pinto Balsemão, Francisco Sá Carneiro e Magalhães Mota em 1974 sob o nome de PPD (Partido Popular Democrata) mais tarde em 1976 passa a designar-se por PSD (Partido Social Democrata). Nesta legislatura conta com 75 deputadas na Assembleia da República. Segundo Belchior o PSD tem por base valores como a solidariedade, a igualdade de oportunidades e a justiça social.

O Partido Socialista (PS) fundado em 1973 tal como o PSD apresenta uma tradição social-democrata. Actualmente é o partido que detêm a maioria na Assembleia da República com 121 deputados. “ Para o PS, existe uma ligação fundamental entre a construção do Estado de direito democrático, a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa”. (Belchior, 2008:140)

O Partido Ecologista os Verdes (PEV), fundado em 1982, tem um grupo parlamentar com apenas dois deputados e as suas áreas de intervenção são essencialmente a ecologia e o ambiente.

O sistema partidário português era no período pós transição democrática de 1976/1985 caracterizado por instabilidade governamental (num período de nove anos existiram nove governos) e tinha a presença de quatro partidos relevantes. No período que se seguiu passou a ter um sistema de maioria parlamentar, esta maioria ao longo destes anos tem sido alternada entre o PS e o PSD (Lobo, 1996).

O facto da democracia portuguesa se ter consolidado num período em que devido a mutações sociais na Europa democrática se assistia a um decréscimo da relevância dos partidos políticos, fez com que os partidos políticos em Portugal não tivessem uma grande ancoragem na sociedade, o que faz com que Portugal tenha índices de filiação partidária baixos quando comparado com outros países europeus (Lobo, 2003).

3.2 – As políticas públicas de emprego

As políticas de emprego pela sua essência constituem geralmente uma prioridade para os governos, como é visível no discurso do Primeiro-Ministro, bem como alguma contestação por parte da oposição. Num cenário de crise como este que vivemos, com taxas de desemprego a dispararem constantemente, fragilizando a vida dos indivíduos desempregados e suas famílias e ameaçando a coesão social, torna-se urgente a criação de políticas económicas eficazes que estimulem a economia, de modo que Portugal não caminhe para um cenário social ainda mais alarmante.

No início de 2009 entrou em vigor o novo Código do Trabalho² as principais inovações deste diploma são as seguintes: prevê a possibilidade de aplicação de uma taxa até 5% às entidades empregadoras que detêm trabalhadores a recibos verdes, bem como o agravamento da taxa social única para contratos a prazo. (medidas de combate à precariedade) Prevê a possibilidade da criação de bancos de horas, horários concentrados e aumento da flexibilidade de horários, de modo a permitir uma melhor adaptabilidade das empresas, facultando assim a sua organização de maneira mais eficaz para que estas se possam tornar mais produtivas e competitivas. Empresas e trabalhadores têm ainda a possibilidade de negociarem horários laborais que podem ascender diariamente até dez horas ou reduzir para seis horas desde que a média semanal não exceda as 40 horas. Este diploma abarca ainda um conjunto de regras que facilitam os despedimentos.

Segundo o Ministério do Trabalho no início de 2009 para além da alteração do Código do Trabalho, o governo apresentou uma série de medidas que visam estimular a economia e criar mais empregos. No âmbito do incentivo ao emprego dos jovens licenciados foram criadas mais oportunidades de emprego através da criação Estágios Profissionais promovidos através do IEFP, que abrangem agora um maior número de indivíduos, uma vez que até então o seu acesso estava vedado a licenciados com mais trinta anos de idade e agora o prazo foi alargado até aos trinta e cinco anos. Por outro lado estes são agora mais longos, são agora de doze meses, enquanto que até 2008 eram apenas nove meses. E ainda o aumento do número de vagas nos Estágios da Administração Pública.³

² Entrou em vigor em Fevereiro de 2009

³ O Decreto-Lei n.º 326/99, de 18 de Agosto, instituiu o Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública de modo a contribuir para a inserção dos jovens no mercado de trabalho complementando uma qualificação preexistente através de uma formação prática a decorrer num serviço público. Em 2006 o Governo aprovou o Decreto-Lei n.º 94/2006, de 29 de Maio, que criou o Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL). O PEPAL é mais uma oportunidade de contribuir para o cumprimento da política de emprego e formação consagrada pelo Governo.

Neste tipo de programa a remuneração do trabalhador é assegurada através de uma bolsa de Formação participada em parte pelo IEFP e o restante pela entidade empregadora. Tais programas parecem trazer benefícios às empresas e instituições, uma vez que estas podem usufruir de trabalho qualificado a mais baixos custos.

Para facilitar a integração de jovens licenciados em áreas com menor empregabilidade, o governo fomentará Estágios Profissionais que serão precedidos de um período de formação e reconversão, a realizar em entidades vocacionadas para o efeito como instituições do ensino superior e determinadas empresas.

Serão estas medidas suficientes para o combate à precariedade laboral e desemprego a que cada vez mais jovens licenciados estão sujeitos?

Numa época de retenção de despesas, em que as entidades tentam de todos os modos reduzir os seus custos, podendo recrutar jovens envolvidos em estágios académicos promovidos pelas faculdades, que ficam a custo zero para a entidade empregadora, visto estes não serem remunerados. A falta de regulamentação por parte do governo relativamente aos estágios académicos vai torna-se um obstáculo à contratação de Estagiários Profissionais por parte das empresas.

4 – Metodologia de Pesquisa e Trabalho de Campo

Para se escolher uma metodologia de investigação é fundamental ter em conta, o problema que está a ser estudado.

O objectivo deste trabalho de investigação como já foi referenciado atrás é tentar compreender qual a resposta política ao problema da precariedade vivido pelos jovens licenciados, tendo também em conta o modo como os próprios intervenientes vivem esta problemática.

Visto que o objectivo primordial deste trabalho é compreender por um lado a resposta política à questão da precariedade dos jovens licenciados e a percepção dos jovens precários por outro, decidimos utilizar uma metodologia qualitativa uma vez que esta possibilita olhar um determinado contexto de forma integral e propicia explorar o discurso mais subjectivo dos entrevistados com maior rigor.

Para que a realização deste estudo fosse possível foram utilizados os seguintes métodos de pesquisa: análise de documentos e entrevistas exploratórias. Para além da bibliografia

consultada para a construção do quadro teórico foram utilizadas as seguintes fontes documentais: programas eleitorais dos diversos partidos das legislativas de 2005, diários da Assembleia da República e foram também realizadas entrevistas exploratórias a jovens diplomados que se encontram em situação de trabalho precário.

Através da análise dos programas eleitorais para as legislativas 2005, tentamos vislumbrar quais as medidas propostas pelos Partidos Políticos com assento parlamentar para melhorar a qualidade do emprego em Portugal, bem como as medidas que estes proponham para combater a precariedade dos jovens licenciados. Através da análise de Diários da Assembleia da República tentamos captar a posição das cinco maiores forças políticas em relação ao combate à precariedade por parte do Novo Código do Trabalho. Analisamos ainda Diários da Assembleia da República com o intuito de perceber quais as medidas apresentadas pelo PS, PSD, CDS-PP, CDU e BE para combaterem a problemática da precariedade dos jovens licenciados. No capítulo seguinte apresentaremos esses resultados através de tabelas.

Para tentarmos captar a situação vivida pelos jovens com trabalhos precários realizamos como atrás referido, seis entrevistas a jovens que se encontram em situação de precariedade. O guião de entrevista⁴ é composto por 16 perguntas e foi elaborado com base em três pontos fulcrais: características profissionais, representações sobre a precariedade laboral e caracterização sociodemográfica.

5 – Análise dos Resultados

Neste capítulo apresentaremos os resultados relativos à posição dos Partidos Políticos em matéria de precariedade e ainda os resultados referentes à experiência precária vivida pelos próprios licenciados.

⁴ Ver anexo

Quadro 1 – Propostas Eleitorais das legislativas 2005/2009 para melhorar a qualidade do emprego

Categorias	Indicadores				
	PS	PSD	CDS-PP	CDU	BE
Medidas Propostas pelos Partidos Políticos para melhorar a qualidade do emprego em Portugal	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar as qualificações dos trabalhadores; - Promover a Revisão do Código do Trabalho de forma a diminuir as desigualdades no mercado de trabalho e a uma maior adaptabilidade das empresas a novo desafios; 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar mais postos de trabalho; - Apostar na qualificação dos Recursos Humanos; - Combater o desemprego qualificado; 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover uma economia mais moderna e flexível; - Alterar da legislação laboral; 	<ul style="list-style-type: none"> Implementar o pleno emprego; - Combater o emprego precário; 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar mais postos de trabalho; - Reduzir da precariedade laboral; - Recuperar os direitos dos trabalhadores; - Apoiar a formação profissional; - Impor um Novo Código do Trabalho

Fontes: Programas Eleitorais do PS, PSD, CDS-PP, CDU e BE para as legislativas 2005

Da análise do quadro 1, em cima, percebemos que para melhorar a qualidade do emprego, o PS propõe melhorar as qualificações dos trabalhadores e promover a revisão do Código do Trabalho.

O PSD vai de encontro às políticas apresentadas pelo PS no que diz respeito à melhoria das qualificações dos trabalhadores, uma vez que para existir uma economia mais competitiva e produtiva é imprescindível que os recursos humanos sejam detentores de mais qualificações.

Segundo o CDS-PP a economia portuguesa tem que se adaptar às novas condicionantes do mercado de trabalho, por isso “promete” promover uma economia mais moderna e flexível. Vislumbra na alteração do Código de Trabalho um aspecto fundamental para a melhoria do emprego, daí que se formar Governo se propõe alterar o Código do Trabalho.

Para o PCP é através da implementação do pleno emprego e do combate ao emprego precário que o país conseguirá caminhar no sentido de promover melhorias no Emprego.

O BE promete tal como o PSD criar mais postos de trabalho, reduzir o trabalho precário, mais qualificação profissional para os trabalhadores tal como foi prometido pelo PS e PSD e ainda a imposição de um Novo Código do Trabalho.

Quadro2 – Propostas Eleitorais das legislativas 2005/2009 para combater a precariedade dos jovens licenciados

Categoria	Indicadores				
	PS	PSD	CDS-PP	CDU	BE
Medidas proposta para fazer face à precariedade dos jovens licenciados	- Garantir anualmente estágios profissionalizantes a pelo menos 25.000 jovens com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, - Apoiar a criação de microempresas	-Lançar o programa “Apostar no Emprego Qualificado” para licenciados desempregados, assegurando os encargos de formação bem como 25 a 75% da remuneração do Estágio Profissional que terá uma duração máxima de 2 anos	Não há referência	Não há referência	Implementar um programa específico para a criação de emprego para licenciados e investigadores, promovendo a sua integração em empresas e universidades

Fontes: Programas Eleitorais do PS, PSD, CDS-PP, CDU e BE para as legislativas 2005

Da análise do quadro 2, percebemos que para o PS o emprego precário dos jovens licenciados pode ser combatido através da criação de estágios profissionais.

No intuito de travar a precariedade laboral dos jovens licenciados o PSD propõe a criação de programas de incentivos ao emprego de jovens licenciados em que estes realizam uma formação numa área distinta da sua e são depois enquadrados num Estágio numa PME durante um período máximo de 2 anos.

O BE compromete-se e implementar um programa que fomente a integração dos licenciados e investigadores em empresas e universidades

Quadro3 – Posição dos Partidos Políticos relativamente ao combate à precariedade por parte do Novo Código do Trabalho

Categoria	Indicadores				
	PS	PSD	CDS-PP	CDU	BE
O Novo Código de Trabalho como ferramenta de combate à precariedade laboral	Para o PS o Novo Código do trabalho constitui uma ferramenta essencial de combate à precariedade laboral, através do agravamento da taxa social única para os contratos a prazo.	Não vê o Novo Código do Trabalho como um estímulo ao combate da precariedade, mas algo que remete para o desemprego porque numa época de crise as empresas não têm condições para fazer contratos sem termo.	Apresenta a mesma visão do PSD	Segundo o PCP o Novo Código do Trabalho fomenta a precariedade uma vez que: -Facilita o despedimento por parte das entidades patronais . - As entidades patronais ficam assim com maior facilidade na organização e gestão do horário de trabalho.	Apresenta a mesma visão do PCP

Fontes: Diários da Assembleia da República

Da análise do quadro 3 acima, segundo o PS o novo Código do Trabalho é visto como um instrumento fundamental no combate à precariedade visto este prever o agravamento da taxa social única para os contratos a prazo.

PSD e CDS-PP discordam desta visão do PS porque certo, o agravamento da taxa social única pode conduzir ao desemprego, “*que o Governo mantenha a taxa social única com mais 3% em relação ao que o empregador já paga, nos casos em que essa empresa contrate a termo? Sr. Ministro, contratar a termo neste momento é melhor do que ir para o desemprego!* (Portas, P., 2009:22).

O PCP e o BE olham o Novo Código do Trabalho como um incentivo à precariedade, uma vez que por um lado facilita os despedimentos por parte das entidades patronais e por outro porque permite a organização e gestão do horário de trabalho por parte da entidade empregadora numa época de crise em que as empresas não estão dispostas a fazerem contratos sem termo.

Quadro 4 – Medidas apresentadas pelos Partidos para combater a precariedade dos jovens licenciados – 2008/2009

Categorias	Indicadores				
	PS	PSD	CDS-PP	CDU	BE
Medidas propostas pelos Partidos Políticos para combater a precariedade laboral	<p>Criar de mais estágios profissionais para jovens licenciados.</p> <p>Reduzir a taxa de segurança social dos jovens a recibos verdes</p> <p>Aplicar taxa até 5% às entidades empregadoras que têm trabalhadores a recibos verdes. Agravamento da taxa social única para contratos a prazo.</p>	<p>Promover um programa de incentivo ao Emprego de jovens licenciados em áreas com baixa empregabilidade através da reconversão profissional.</p>	<p>Apoiar as micro, pequenas e médias empresas porque são estas as grandes geradoras de postos de trabalho em Portugal.</p> <p>Quando o Estado injecta capital numa empresa deveria negociar a manutenção e a criação de novos postos de trabalho.</p>	<p>Dinamizar o consumo interno.</p> <p>Modernizar o Sistema produtivo</p> <p>Melhorar a articulação entre sistema de ensino e as necessidades empresariais e científicas.</p>	<p>Revogar o Código do Trabalho que facultos os despedimentos e a precarização laboral.</p> <p>Proibição de despedimentos em empresas subsidiadas pelo Estado.</p> <p>Uma maior participação política por parte dos jovens</p>

Fontes: Diários da Assembleia da República

Através da análise do quadro 4 entendemos que o combate à precariedade dos jovens licenciados está para o PS na criação de mais estágios profissionais e na Alteração do Código Laboral.” *Criar 12000 estágios profissionais para jovens, nomeadamente jovens licenciados em áreas de baixa empregabilidade*” (Junqueiro, J., 2009:34). A redução da taxa de segurança social para os trabalhadores a recibos verdes é também uma medida do governo, “*os jovens que ganham 600 €, que estão a trabalhar a recibo verde e que pagam 32% para a sua protecção social, percebem bem que esta medida do Governo, de reduzir esses 32% para 24%, é uma medida a seu favor, contra a precariedade e por um mercado de trabalho mais justo no nosso país*” (Sócrates, J., 2008:13).

Para o PSD é através da reconversão de jovens licenciados que estes se poderão integrar mais facilmente no mercado de trabalho abandonando assim situações de desemprego ou de precariedade.

É através do apoio às micro, pequenas e médias empresas por parte do Estado, que poderão ser criadas condições para o incentivo do emprego dos jovens licenciados, segundo o CDS-PP, uma vez que são estas empresas as grandes geradoras de postos de trabalho em Portugal.

Para o BE deve existir uma maior intervenção dos jovens na política, para que os seus problemas adquiram uma maior visibilidade.

Quadro 5 – Caracterização sociodemográficas dos entrevistados

Categoria	Indicadores					
	Individuo A	Individuo B	Individuo C	Individuo D	Individuo E	Individuo F
Idade	25	26	27	29	27	29
Sexo	F	F	F	M	M	F
Nível de Habilitações Académicas	Licenciatura	Licenciatura	Licenciatura	Licenciatura	Licenciatura	Licenciatura
Curso	Psicologia	Psicologia	Psicologia	Psicologia	Psicologia	Sociologia
Universidade	Universidade Lusófona	Universidade Lusófona	ISPA	Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação	ISPA	Universidade Nova de Lisboa
Ano de Conclusão	2007	2007	2007	2007	2007	2007

Da análise do quadro 5 acima percebemos que, os indivíduos presentes neste estudo são maioritariamente do sexo feminino, têm idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos e terminaram a sua formação há 2 anos, 2007, as suas licenciaturas são maioritariamente em psicologia havendo no entanto um indivíduo de sociologia.

Quadro 6 – Características Profissionais dos Jovens diplomados entrevistados

Categorias	Indicadores					
	Individuo A	Individuo B	Individuo C	Individuo D	Individuo E	Individuo F
Tipo de actividade desenvolvida	Conselheiro numa perfumaria	Recuperador de Crédito	Animação com Idosos	Operador de Call-Center	Auxiliar de Acção Directa	Técnica Superior no entanto a sua categoria é assistente técnica
Duração da actividade profissional	Um ano e meio	Um ano	3 meses	Um ano	6 meses	2
Tipologia do vínculo contratual	Contrato a termo por um período de 7 meses	Contrato renovável mensalmente	Contrato de Prestação de Serviços	Contrato de Prestação de Serviços	Contrato de Prestação de Serviços	Contrato a termo certo
Satisfação face à remuneração	Considera-se satisfeito com a remuneração tendo em conta o momento.	Insatisfação face à remuneração	Insatisfeito	Insatisfeito	Insatisfeito	Insatisfeito

Ao analisarmos o quadro 6 verificamos que todos os indivíduos à excepção do F exercem funções para as quais não necessitavam de tanta qualificação, o individuo F desempenha funções de Técnico Superior mas na prática a sua categoria é de Assistente Técnico, *“trabalho num Organismo Público na carreira administrativa exerço funções de técnica superior desde 2008, contudo, a minha categoria é de Assistente Técnica”* (Individuo F).

Todos eles desempenham estas funções há relativamente pouco tempo, desde que entraram no mercado de trabalho após a conclusão das suas licenciaturas.

Nenhum destes indivíduos tem vínculo estável com a entidade empregadora ou têm contratos a termo ou contratos de prestação de serviços, os recibos verdes.

Os indivíduos encontram-se descontentes com as remunerações auferidas, *“cerca de 500 euros por 40 horas semanais é uma exploração”* (individuo B), apenas o individuo A está satisfeito com a sua remuneração tendo em conta a época de crise que atravessamos.

Quadro 7 – Representações dos jovens diplomados sobre a precariedade laboral

Categorias	Indicadores					
	Individuo A	Individuo B	Individuo C	Individuo D	Individuo E	Individuo F
Posição face às dificuldades de inserção no mercado de trabalho	Resultado da crise que o país atravessa	Desarticulação entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho	Resultado do excesso de oferta de cursos superiores	Desarticulação entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho	Desarticulação entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho	Desarticulação entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho
Constrangimentos no percurso de vida	Adiamento de projectos de vida	Dependência económica da família	Dependência familiar	Dependência financeira dos pais	Adiamento constante de certas decisões	Falta de realização pessoal e profissional
Expectativas face ao futuro próximo	A realizar o mesmo trabalho	Na mesma situação ou no desemprego	Na mesma situação	Na mesma situação de precária	Num Estágio Profissional	Entrar verdadeiramente na Carreira de Técnica Superior
Posição face às medidas implementadas pelo governo	Insuficientes	Medidas muito positivas mas insuficientes	Medidas inadequadas	Não há preocupação política relativamente aos licenciados	Medidas insuficientes	Insuficientes e muito desajustadas da realidade
Medidas que apresentam para minimizar a situação	“Obrigar” as empresas a contratarem licenciados para o desempenho de certas funções	Um maior investimento do Estado nos licenciados	Estágios Curriculares pagos	Regulação do voluntariado e dos Estágios Curriculares	Não respondeu	Uma maior vontade e preocupação política para resolver a situação

Da análise do quadro 7 apreendemos que estes indivíduos vislumbram este problema como o resultado da crise que atravessamos, como a consequência do excesso de oferta do ensino superior e maioritariamente afirmam existir uma desarticulação entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho, “ *encaro esta situação como uma desarticulação grave entre o mercado de trabalho e o sistema de ensino. O tecido empresarial não estava preparado para absorver tantos licenciados*” (Indivíduo D).

A precariedade vai colocar-se nas suas vidas como um entrave, na maioria dos indivíduos colocando-os numa situação de dependência financeira face à família, é razão de adiamento constante dos seus projectos de vida e também uma fonte de frustração impedindo a realização pessoal e profissional dos indivíduos.

A maioria destes indivíduos mostram-se muito receosos quanto ao futuro, quando questionados sobre como se imaginam daqui por um ano, referem que infelizmente se vêem numa situação de precariedade ou desempregados. No entanto existem casos de algum optimismo em que pensam conseguir arranjar emprego na sua área de formação.

Todos são unânimes em afirmar que as medidas implementadas pelo governo para resolver ou atenuar esta situação são insuficientes.

Quando questionados sobre que medidas sugeriam para minimizar este problema da precariedade as opiniões dividem-se: referem que um maior investimento do Estado nesta matéria como fulcral, a regulação do voluntariado e os Estágios Curriculares pagos seriam medidas importantes a tomar visto na sua opinião serem situações que lhes retira postos de trabalho por outro lado há também quem refira que o Governo deveria implementar medidas como “ *«obrigar» as empresas a colocarem licenciados em funções que estes deveriam desempenhar e que são realizadas por indivíduos menos qualificados porque as empresas não querem pagar mais*”(indivíduo A).

6- Considerações Finais

Com a realização deste trabalho verificamos que a questão da precariedade dos jovens licenciados é ainda um aspecto com pouca visibilidade na política portuguesa, ou tem sido camuflada nela, daí que sentimos alguma dificuldade em encontrar documentação inerente a esta questão. A precariedade laboral é realmente uma das prioridades no discurso político, no entanto está ainda muito associada aos indivíduos de baixas qualificações. É nos partidos de esquerda, BE e CDU que a questão da precariedade dos jovens licenciados tem mais relevo, são estes partidos que demonstram uma maior preocupação pela situação «degradante» experimentada por jovens licenciados. O que se deve ao facto dos partidos de esquerda terem como grande preocupação o assegurar dos direitos dos trabalhadores, bem como a igualdade entre os indivíduos. A questão da precariedade põe em causa o direito dos indivíduos ao acesso ao trabalho, daí que o BE apela à intervenção do Estado na revogação do Código do Trabalho visto na sua perspectiva facultar o despedimento, precarizando as relações laborais, bem como a vida de muitos indivíduos. Os partidos de esquerda valorizam o papel do Estado nas questões sociais daí que defendem uma maior intervenção estatal nesta matéria como o caminho a seguir para por termo a este problema. Por seu lado os partidos de direita, PSD e o CDS-PP por a sua ideologia ir de encontro à valorização do mercado, vislumbram no desenvolvimento económico o rumo a seguir para uma melhor integração dos jovens no mundo laboral. O PS por ser o Partido do Governo sente responsabilidade acrescida e a necessidade de «uma solução urgente para o problema» daí a proposta do aumento do número de vagas de Estágios Profissionais de modo a integrar os jovens licenciados que se encontram em situações precárias o mais rapidamente possível no mercado, mas não chega...

É urgente implementar medidas que travem esta situação, caso contrário a sociedade portuguesa corre o risco de se deparar com uma nova classe de pobres, o que vai gerar um desajustamento entre as expectativas dos jovens e os seus percursos que pode levar à alienação política e, a longo prazo, a um desinvestimento dos jovens e das famílias na educação.

Uma das grandes inquietações do Governo tem sido aumentar as qualificações da população activa, através de programas como as Novas Oportunidades, visto grande parte da população portuguesa ser ainda detentora de baixas qualificações. Estamos aqui perante um paradoxo, de um lado inúmeros jovens licenciados com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, por outro trabalhadores com fraca qualificação que quando experimentam uma situação de desemprego têm dificuldade em regressar à vida activa devido à sua baixa

escolarização. A este grupo o Estado, por se tratar de uma população por vezes desfavorecida socorre-os, dando-lhes oportunidade para melhorarem as suas qualificações e entrarem novamente no mercado de trabalho. Em relação aos primeiros, por se tratar de uma população com habilitações superiores ficam por vezes entregues a si próprios sem que o Estado implemente medidas capazes de minimizar a situação. O governo continua a afirmar que é através de uma formação escolar avançada que os indivíduos se conseguem inserir mais rapidamente no mercado de trabalho e conseguem ter acesso a empregos de maior qualidade, mas na realidade não é essa a experiência vivenciada por muitos dos licenciados, que cada vez mais se vêem obrigados a aceitar postos de trabalho desqualificados e mal remunerados com vínculos contratuais instáveis para fugirem ao desemprego que os assombra constantemente, construindo assim as suas vidas num cenário de «corda bamba», sem perspectivas de estabilidade num futuro próximo o que faz com que vão constantemente adiando decisões nas suas vidas e permaneçam na dependência familiar até cada vez mais tarde, tal situação vai fomentar um mal estar constante nestes indivíduos. Uma geração que parecia tão promissora face à geração dos seus progenitores tem se confrontado com bastantes casos de jovens sujeitos a situações de precariedade o que faz com que fatias significativas desta geração se encontrem sem perspectivas futuras e com um constante «medo do amanhã». Para estes indivíduos que se encontram em situações precárias a desarticulação entre sistema de ensino e o mercado de trabalho é o principal responsável pela sua situação, a oferta do ensino superior começou a proliferar sem que houvesse uma articulação com as necessidades das empresas, estas não estavam preparadas para absorver tanta mão-de-obra qualificada. Segundo os licenciados precários não há uma resposta política adequada para resolução desta problemática.

Parece então de extrema premência a promoção de políticas que desencadeiem situações que possam travar esta precariedade a que cada vez mais jovens se sujeitam, gerando assim para estes indivíduos um cenário onde aumenta a incerteza e a insegurança, sem que se vislumbre uma solução.

Esta situação preocupante que Portugal vive neste início de século, levanta questões pertinentes. Se estamos a entrar num modelo de sociedade que dá primazia ao conhecimento, como se pode desvalorizar as qualificações dos seus recursos humanos. Num país como Portugal, que apresenta baixos índices de produtividade, um melhor aproveitamento da mão-de-obra qualificada talvez pudesse dar um contributo positivo no aumento da produtividade.

Uma melhor articulação entre políticas, empresas e ensino, talvez possam contrariar estes desequilíbrios gerando assim uma sociedade que se consiga afirmar neste mundo global

em constante mutação, mas, para desespero nosso, tão cheio de equívocos e de enganos, e de desmedida ambição.

A realização deste trabalho foi-nos muito gratificante, no sentido que nos alargou horizontes, relativamente às dificuldades sentidas por jovens aquando da sua inserção na vida activa, bem como o modo dos diferentes partidos encararem esta situação, no entanto sentimos que algo ficou ainda por dizer. O factor tempo foi um dos constrangimentos com que nos deparamos, o que fez com que este trabalho privilegiasse uma análise documental como trabalho de campo, o que de certo modo não nos permitiu alcançar uma maior profundidade. Teria sido interessante entrevistar dirigentes políticos o que nos permitiria certamente uma melhor percepção da realidade em questão, teríamos atingido certamente uma visão mais precisa dos diferentes partidos sobre o mundo do trabalho. Gostaríamos de em estudos futuros ter oportunidade de aprofundar este tema, um trabalho interessante seria talvez daqui por 5 anos comparar as políticas na área do emprego direccionadas para a integração dos jovens licenciados no mercado de trabalho deste XVII Governo Constitucional com o próximo governo.

Referências Bibliográficas

Diário da Assembleia da República, Reunião Plenária de 10 de Abril de 2008

Diário da Assembleia da República, Reunião Plenária de 30 de Abril de 2008

Diário da Assembleia da República, Reunião Plenária de 08 de Janeiro de 2009

da Assembleia da República, Reunião Plenária de 19 de Fevereiro de 2009

Almeida, P. P., Rebelo G. (2004), *A Era da Competência – Um Novo Paradigma de Recursos Humanos e o Direito do Trabalho*, Lisboa, Editora RH

Almeida, P. P. (2005), *Trabalho, Serviço e Serviços: contributos para a Sociologia do Trabalho*, Porto, Edições Afrontamento.

Alves, Mariana Gaio (1997), “Inserção na Vida Activa de Jovens Licenciados: Construção de Identidades Sociais e Profissionais”, dissertação de mestrado em Ciências da Educação, Lisboa, FCT /UNL

Alves, R.(2000), “Era uma vez um emprego . . . “in Recursos Humanos Magazine, nº 8

Belchior, A. (2008), “ Democracia nos Partidos Políticos Portugueses – Uma análise do eleitorado, dos programas e dos estatutos dos partidos in *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 58, pp.131-153

Bourdieu, P. (1998), *Contrafogos*, Oeiras, Celta

Drago, A. (2008), *Diário da Assembleia da República*, 70, reunião plenária de 10 de Abril de 2008, pp.

Ferreira, V. (1998) “ *Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal*” in Revista Crítica de Ciências Sociais nº 52/53,

Freire, A.. (2003), Recrutamento parlamentar e reforma das Instituições in Pinto, A.C., Freire, A.(orgs) *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras, Celta

Freire, André (2006), *Esquerda e Direita na Política Europeia. Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Duarte, Ana Maria (2007), “Flexibilidade do trabalho e do emprego e novas formas de insegurança”, *Sociedade e Cultura* nº5 , *Cadernos do Nordeste, Série Sociologia*, vol. 21 (1-2), pp.163-188

Fitoussi (1997), *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras Celta

Guerreiro, M.D.(2004) (coord.), *Transições Incertas – Os jovens perante o trabalho e a família*, Lisboa, CITE

Junqueiro, J. (2009), *Diário da Assembleia da República*, 52, reunião plenária de 29 de Janeiro de 2009, pp. 34

Kóvacs, I. (2002), *As Metamorfoses do Emprego: ilusões e problemas da sociedade de informação*, Oeiras, Celta Editora.

Kóvacs, I. (2003), “*Perspectivas sobre as mudanças no emprego*” in *Perspectiva*, vol.21 nº2, Florianópolis

Kovács, I. (org.) (2005), *Flexibilidade de Emprego: riscos e oportunidades*, Oeiras, Celta Editora.

Kovács, I. “*Flexibilidade e crise de emprego: tendências e controvérsias*” in *SOCIUS/ISEG* nº8

Lobo, Marina C. (1996), “A evolução do sistema partidário português à luz de mudanças económicas e políticas (1976-1991) in *Análise Social* vol. XXXI (139)

Lobo, Marina C. (2003), *A elite partidária em Portugal, 1976-2002: dirigentes, deputados e membros do governo* in Pinto, A.C., Freire, A.(orgs) *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras, Celta

Lopes, Fernando Farelo (2004), *Os Partidos Políticos – Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal*

Machado, F. L. e Costa, A F (1998) *Processos de uma modernidade inacabada* in Leite, J. M. e Costa, A. (orgs) *Portugal Que Modernidade?* Oeiras, Celta

Paugam, Serge (2000), *Le salarié de la precarite*, Paris, PUF

Pegado, Elsa (coord.) (2006), *Obstáculos à Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho, Abordagens Sociológicas*, Lisboa, DGEEP

Pinto, J.M. (1999), “Flexibilidade, Segurança e Identidades Sócio-Profissionais” in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 19/20

Portas, P. (2009), *Diário da Assembleia da República*, 52, reunião plenária de 29 de Janeiro de 2009, pp. 22

Rebelo, Glória (1999), *A (In) Adaptação no Trabalho: Uma Perspectiva Sociorganizacional e Jurídica*, Oeiras, Celta Editora

Rebelo, Glória (2001), “*A flexibilidade no trabalho – As questões da redução do tempo de trabalho e do trabalho a tempo parcial*” in *Organizações e Trabalho*, nº 26, pp. 31-39

Rebelo, Glória (2002), “Nova Cultura do Trabalho e do Emprego: Que Desafios para os actores sociais?”, Lisboa, *Dinâmia*

Rebello, Glória (2003), Emprego e Contratação Laboral em Portugal uma análise socio-económica, Lisboa, RH Editora

Rebello, Glória (2004), Flexibilidade e Precariedade no Trabalho – Análise de Diagnóstico, Lisboa, FCT

Rosa, Teresa (coord.) (2000), Trabalho Precário Perspectivas de Superação, Lisboa, CIES

Sennett, Richard (2001), A corrosão de carácter : as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo, Lisboa, Terramar

Sócrates, J. (2008), Diário da Assembleia da República, 78, reunião plenária de 30 de Abril de 2008, pp. 78

Viegas, J.M. (1998) Elites e Cultura Política – Liberalização económica e políticas sociais no contexto da integração comunitária in Machado, F. (org) Portugal que Modernidade, Oeiras, Celta

Recursos na internet:

www.parlamento.pt

www.pcp.pt

www.ps.pt

www.psd.pt

www.cds.pt

www.bloco.org

www.iefp.pt

www.emprego2009.gov.pt

www.mtss.gov.pt

www.pepal.gov.pt

ANEXOS

Anexo A – Guião de Entrevista



Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Sociologia
**Mestrado em Sociologia das Organizações, Trabalho e
Emprego**
Ano lectivo 08/09

Guião de Entrevista sobre Trabalho Precário de Jovens Licenciados

- Jovens Diplomados Precários -

I – Características Profissionais

- 1- Neste momento encontra-se a trabalhar fora da sua área de formação. Qual a actividade que está a desenvolver neste momento?
- 2- Há quanto tempo desenvolve essa actividade
- 3- Qual o tipo de vínculo contratual que mantêm com a entidade empregadora
- 4- O número de horas de trabalho semanais / remuneração mensal.
- 5 – Considera a situação profissional em que se encontra como transitória?

II - Representações sobre a precariedade laboral

- 1- Como encara as dificuldades de inserção no mercado de trabalho por parte dos jovens licenciados?
- 2- Em que medida o facto de desempenhar um trabalho com vínculo precário afecta a sua vida?
- 3- Como se imagina profissionalmente daqui por um ano.
- 4- O que pensa das medidas tomadas pelo governo relativamente ao emprego dos jovens licenciados (por exemplo os Estágios Profissionais)?
- 5- Que medidas consideraria ser importantes como modo de minimizar este problema social que afecta cada vez mais jovens?

III – Identificação

- 1- Idade
- 2- Sexo
- 3- Nível de habilitações académicas
- 4- Curso
- 5- Universidade
- 6- Ano da conclusão da sua formação

A Entrevista terminou, obrigada pela sua colaboração!

Anexo B – Currículo Vitae